

PT nega pregar calote da dívida

O PT garantiu ontem que não defende a moratória das dívidas externa e interna brasileira. O líder do PT na Câmara, deputado Aloízio Mercadante (SP), disse que seu partido apóia o plebiscito patrocinado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por sindicatos, organizações não-governamentais e Movimento dos Sem Terra (MST) porque quer discutir o modelo de política econômica adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Mercadante também descartou qualquer possibilidade de prefeitos eleitos pelo PT virem a decretar a morató-

ria em seus municípios. "Nunca defendemos o calote, mas sim estimular o debate com o plebiscito", afirmou o petista. Ao garantir que os futuros prefeitos do partido não pretendem dar o "calote", Mercadante argumentou que a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que a dívida é recalculada pela taxa de juros anterior à renegociação do débito.

Ele lembrou também que a moratória da dívida interna foi decretada no governo do ex-presidente Fernando Collor pela então ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello. "E não existe possibili-

dade de moratória porque você não consegue separar o capital especulativo do capital de giro, de investimento nem o que é poupança familiar", explicou Mercadante. Ele disse ainda que discordava da maneira como foi formulada a terceira pergunta do plebiscito, a que indaga sobre um eventual "calote" da dívida interna: "Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?". "O debate é oportuno, mas a terceira pergunta foi feita de uma forma que

não ajuda", diz Mercadante.

O líder do PT criticou as declarações do ministro da Fazenda Pedro Malan sobre o plebiscito. O ministro qualificou de "besteirol e baboseira" acreditar que a austeridade fiscal é uma idéia neoliberal. "Lamento a atitude grosseira, sobretudo do ministro Malan, de tentar desqualificar a discussão sobre a política econômica do atual governo", disse Mercadante. Para o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), o plebiscito "não tem finalidade alguma a não ser uma manifestação política de uma minoria".